



## **CADERNO DE ENCARGOS**

**CPJOUE N.º 05/2023**

### ***Aquisição de Serviços de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Mira***

(Concurso Público Internacional nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação - doravante designado por CCP)

## ÍNDICE

<b>TÍTULO I – CLÁUSULAS GERAIS .....</b>	<b>2</b>
<b>CAPÍTULO I – Disposições Gerais.....</b>	<b>2</b>
<i>Cláusula 1.ª – Objeto .....</i>	<i>2</i>
<i>Cláusula 2.ª – Definições .....</i>	<i>2</i>
<i>Cláusula 3.ª – Contrato .....</i>	<i>4</i>
<i>Cláusula 4.ª – Prazo de Vigência.....</i>	<i>5</i>
<b>CAPÍTULO II - Obrigações Contratuais .....</b>	<b>5</b>
<b>Secção I – Obrigações do Adjudicatário .....</b>	<b>5</b>
<i>Cláusula 5.ª - Obrigações Principais do Prestador de Serviços.....</i>	<i>5</i>
<i>Cláusula 6.ª - Gestão de Resíduos Urbanos no Município de Mira .....</i>	<i>7</i>
<i>Cláusula 7.ª – Proteção de dados pessoais.....</i>	<i>8</i>
<i>Cláusula 8.ª - Objeto do Dever de Sigilo.....</i>	<i>9</i>
<i>Cláusula 9.ª - Prazo do Dever de Sigilo .....</i>	<i>9</i>
<b>Secção II - Obrigações da Entidade Adjudicante .....</b>	<b>9</b>
<i>Cláusula 10.ª - Preço Base .....</i>	<i>9</i>
<i>Cláusula 11.ª - Preço Contratual.....</i>	<i>10</i>
<i>Cláusula 12.ª - Condições de Pagamento.....</i>	<i>10</i>
<i>Cláusula 13.ª - Atualização de Preços .....</i>	<i>10</i>
<b>CAPÍTULO III - Penalidades Contratuais, Incumprimento de Contrato e Resolução .....</b>	<b>11</b>
<i>Cláusula 14.ª - Sanções Contratuais.....</i>	<i>11</i>
<i>Cláusula 15.ª - Caso Fortuito e de Força Maior .....</i>	<i>13</i>
<i>Cláusula 16.ª - Resolução por Parte da Entidade Adjudicante .....</i>	<i>14</i>
<i>Cláusula 17.ª - Resolução por Parte do Prestador de Serviços.....</i>	<i>15</i>
<i>Cláusula 18.ª - Resolução Sancionatória .....</i>	<i>15</i>
<b>CAPÍTULO IV - Seguros .....</b>	<b>16</b>
<i>Cláusula 19.ª - Disposições Gerais.....</i>	<i>16</i>
<b>CAPÍTULO V - Resolução de Litígios .....</b>	<b>16</b>
<i>Cláusula 20.ª - Foro Competente.....</i>	<i>16</i>
<b>CAPÍTULO VI - Disposições Finais.....</b>	<b>16</b>
<i>Cláusula 21.ª - Subcontratação e Cessão da Posição Contratual .....</i>	<i>17</i>
<i>Cláusula 22.ª - Comunicações e Notificações.....</i>	<i>17</i>
<i>Cláusula 23.ª - Gestor de Contrato .....</i>	<i>17</i>
<i>Cláusula 24.ª - Contagem de Prazos.....</i>	<i>17</i>
<i>Cláusula 25.ª – Legislação Aplicável.....</i>	<i>18</i>
<b>TÍTULO II - CLÁUSULAS TÉCNICAS .....</b>	<b>18</b>
<b>CAPÍTULO VII - Especificações Técnicas .....</b>	<b>18</b>
<i>Cláusula 26.ª - Âmbito.....</i>	<i>18</i>
<i>Cláusula 27.ª - Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos.....</i>	<i>21</i>
<i>Cláusula 28.ª - Resíduos Volumosos e Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrônicos.....</i>	<i>23</i>
<i>Cláusula 29.ª – Transporte a destino final dos resíduos urbanos .....</i>	<i>25</i>
<i>Cláusula 30ª – Manutenção ou reparação e substituição de equipamentos RU.....</i>	<i>25</i>
<i>Cláusula 31ª – Fornecimento e instalação de equipamentos RU e fornecimento de suportes de fixação.....</i>	<i>27</i>
<i>Cláusula 32.ª – Lavagem e desinfecção de equipamentos de deposição de RU .....</i>	<i>29</i>
<i>Cláusula 33.ª - Lavagens extra de contentores de superfície .....</i>	<i>30</i>
<i>Cláusula 34.ª - Lavagem extra de contentores RU semienterrados e enterrados.....</i>	<i>31</i>
<i>Cláusula 35.ª - Fiscalização e comunicação da atividade.....</i>	<i>31</i>
<i>Cláusula 36.ª - Campanhas de Sensibilização e Educação Ambiental.....</i>	<i>32</i>
<i>Cláusula 37ª - Reporte de Indicadores de Avaliação da Qualidade de Serviço ao ERSAR.....</i>	<i>33</i>
<i>Cláusula 38ª - Atualização do cadastro SIG ArcGIS para identificação de equipamentos e circuitos .....</i>	<i>33</i>

**TÍTULO I – CLÁUSULAS GERAIS****CAPÍTULO I – Disposições Gerais****Cláusula 1.ª – Objeto**

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual na modalidade de concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, para a prestação de serviços de recolha e transporte a destino final de resíduos sólidos urbanos, e de manutenção, lavagem e desinfeção de contentores nas áreas de intervenção, referidas nas cláusulas técnicas deste Caderno de Encargos.

2. Os serviços integrados no objeto do presente concurso são enquadrados na referência de CPV (*Common Procurement Vocabulary*) 90511000-2 Serviços de recolha de resíduos, a que se refere o Regulamento (CE) N.º 213/2008 da Comissão de 28 de Novembro de 2007 que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), e as Diretivas do Parlamento Europeu e do Conselho 2004/17/CE e 2004/18/CE, relativas aos processos de adjudicação de contratos, no que respeita à revisão do CPV.

**Cláusula 2.ª - Definições**

Para efeitos do presente Caderno de Encargos deverá atender-se às seguintes definições:

- a) «Adjudicatário»: entidade a quem é efetuada a adjudicação da prestação de serviços e se converte no Prestador de Serviços.
- b) «Armazenagem»: deposição temporária e controlada, por prazo determinado, de resíduos antes do seu tratamento, valorização ou eliminação. Ver ainda «Centro Circular de Resíduos de Mira».
- c) «Aterro»: instalação de eliminação de resíduos através da sua deposição acima ou abaixo da superfície do solo.
- d) «Base de dados georreferenciada de localização de equipamentos de Resíduos Urbanos (RU) e dos circuitos de Recolha» - base de informação de apoio e decisão para a gestão dos RU, elaborada ou a elaborar, em Sistemas de Informação Geográfica ou SIG ArcGIS (formato *Shapefile*), onde todos os equipamentos RU e circuitos RU, existentes ou a criar, têm que constar, respetivamente georreferenciados, por pontos de equipamentos e linhas de circuitos. Os campos que devem constar nas tabelas associadas aos pontos de equipamentos RU e a linhas de circuitos de recolha RU, regem-se na Cláusula 38ª deste Caderno de Encargos.
- e) «Centro Circular de Resíduos de Mira» ou «CCRM»: local fechado e ordenado para armazenamento temporário de «Resíduos de grande volume», «Resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos- REEE» e outros Resíduos Urbanos, localizado junto aos armazéns municipais. Qualquer produtor de doméstico ou equivalente (e produções inferiores a 1.100L/dia), residentes no concelho de Mira pode aí depositar os resíduos urbanos, de forma gratuita, para que a Entidade Gestora Municipal os encaminhe a destino final, com possível valorização. Permite à Câmara Municipal uma melhor gestão e previne e minimiza a deposição não autorizada de resíduos em espaços públicos e/ou privados do concelho.

- f) «Entidade Adjudicante» ou «Adjudicante»: entidade que adjudica a prestação de serviços (a Câmara Municipal de Mira).
- g) «Estação de transferência»: instalação onde o resíduo é descarregado com o objetivo de o preparar para ser transportado para outro local de tratamento, valorização ou eliminação.
- h) «Equipamento de deposição de resíduos urbanos»: contentores herméticos normalizados, de capacidade variável, destinados à deposição exclusiva de RU, colocados na via pública e contentores em profundidade (enterrados e semienterrados).
- i) «Gestão de resíduos»: são as atividades ou operações necessárias para controlar os resíduos, desde a sua origem até ao seu destino final, incluindo a sua recolha, transporte e tratamento, seja por valorização ou eliminação. Incluem a supervisão destas operações e as medidas adotadas para a melhoria da qualidade desses serviços de gestão.
- j) «Grandes Produtores de Resíduos Urbanos» - particulares ou unidades comerciais ou industriais produtoras de «Resíduo Urbano», cuja produção diária exceda os 1.100L/produtor. Nestes casos a responsabilidade de gestão dos resíduos urbanos é do seu produtor.
- k) «Lavagem e desinfecção de equipamento de deposição de resíduos urbanos»: lavagem por meios mecânicos e manuais do equipamento, quer na área exterior quer na área interior, mediante aplicação de produtos de higiene e limpeza, de modo a eliminar qualquer foco insalubre, incrustações de resíduos sólidos e/ou líquidos, bem como todos os maus cheiros.
- l) «Manutenção do equipamento de deposição de resíduos urbanos»: realização de todas as operações consideradas necessárias à manutenção das boas condições de utilização, com devida imagem/mensagem de sensibilização/educação no equipamento; tais operações, de acordo com as suas características, que poderão ser realizadas no local ou nas instalações do Adjudicatário; na impossibilidade de manutenção do equipamento, por estar partido ou irreparável, inclui a substituição por equipamento novo de características semelhantes.
- m) «Resíduo não urbano»: todo o resíduo produzido por uma unidade/produtor que, independentemente da quantidade produzida, mas pela natureza e composição do resíduo, não são semelhantes ao resíduo proveniente de habitações. Incluem-se nesta categoria, entre outros, resíduos industriais, resíduos de oficinas automóveis, resíduos hospitalares e resíduos perigosos.
- n) «Resíduo urbano» ou «RU»: o resíduo proveniente de habitações bem como outro resíduo que, pela sua natureza ou composição, seja semelhante ao resíduo proveniente de habitações desde que não ultrapasse os 1.100 L diários, incluindo-se igualmente nesta definição os resíduos urbanos a seguir enumerados e cuja competência de gestão em baixa é do Município de Mira. Consultar no anexo D os indicadores de produção anual de RU em Mira.
- o) «Resíduo urbano proveniente da atividade comercial - AC»: resíduo produzido por um ou vários estabelecimentos comerciais ou do setor de serviços, com uma administração comum relativa a cada local de produção de resíduos, que, pela sua natureza ou composição, seja semelhante ao resíduo proveniente de habitações. (Quando a AC ultrapassar a produção diária de 1.100L ou os resíduos produzidos não forem de natureza ou composição semelhante aos RU, a AC obriga-se a contratar o



serviço de gestão dos seus resíduos – urbanos ou não urbanos – com a empresa adjudicatária contratada ou com outra empresa licenciada para o efeito).

- p) «Resíduo urbano proveniente de uma unidade industrial - UI»: resíduo produzido por uma única entidade em resultado de atividades acessórias da atividade industrial que, pela sua natureza ou composição, seja semelhante ao resíduo proveniente de habitações. Quando a UI ultrapassa uma produção diária de 1.100L ou os resíduos produzidos não forem de natureza ou composição semelhante aos RU, a UI obriga-se a contratar o serviço de gestão dos seus resíduos – urbanos ou não urbanos – produzidos, com a empresa adjudicatária contratada ou com outra empresa licenciada para o efeito.
- q) «Resíduo Verde»: são os resíduos biodegradáveis de espaços verdes, nomeadamente as relvas, folhas e ramos, provenientes de jardins, quintais, parques e campos desportivos.
- r) «Resíduo volumoso»: objeto volumoso fora de uso, proveniente das habitações que, pelo seu volume, forma ou dimensão, não possa ser recolhido pelos meios normais de remoção. Este objeto designa-se vulgarmente por “monstro” ou “mono”.
- s) «Resíduo de equipamento elétrico e eletrónico» ou «REEE»: equipamento elétrico e eletrónico que constitua um resíduo, incluindo todos os componentes, subconjuntos e consumíveis que fazem parte integrante do equipamento no momento em que é descartado.
- t) «Reutilização»: qualquer operação mediante a qual produtos ou componentes que não sejam resíduos são utilizados novamente para o mesmo fim para que foram concebidos.
- u) «Transporte de resíduos»: Transferência mecânica dos resíduos do interior dos contentores e de outros equipamentos de deposição para as viaturas de recolha e, transporte a destino final.
- v) «Tratamento»: qualquer operação de valorização ou de eliminação de resíduos, incluindo a preparação prévia à valorização ou eliminação e as atividades económicas referidas no anexo IV do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, na sua redação atual.
- w) «Valorização»: qualquer operação, nomeadamente as constantes no anexo II do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, cujo resultado principal seja a transformação dos resíduos de modo a servirem um fim útil, substituindo outros materiais que, no caso contrário, teriam sido utilizados para um fim específico, ou a preparação dos resíduos para esse fim, na instalação ou no conjunto da economia circular.

### **Cláusula 3.ª - Contrato**

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 94º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, doravante designado por CCP, o contrato será reduzido a escrito e composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e omissões do Caderno de Encargos identificados, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente, para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;



- d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta vencedora prestados pelo Adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do Contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quando os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

#### ***Cláusula 4.ª - Prazo de Vigência***

O adjudicatário obriga-se a prestar o serviço que consta no Programa de Concurso, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de obtenção do visto do Tribunal de Contas, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

### **CAPÍTULO II - Obrigações Contratuais**

#### ***Secção I – Obrigações do Adjudicatário***

#### ***Cláusula 5.ª - Obrigações Principais do Prestador de Serviços***

1. Sem prejuízo de outras obrigações prevista na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
- a) Obrigação de implementar e de gerir todos os serviços objeto do contrato para que o funcionamento seja o mais adequado a todo o momento.
  - b) Executar os serviços que lhe forem adjudicados, com observância das normas vigentes e aquelas que se relacionem com a prestação dos serviços em causa, e com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência.
  - c) Efetuar o transporte de resíduos recolhidos para as infraestruturas adequadas, em função da tipologia de resíduo e/ou de acordo com a proximidade da área de recolha, em conformidade a legislação nacional sobre o transporte de resíduos urbanos e as regras de funcionamento dos locais de deposição desses resíduos.
  - d) Cumprir todas as condições fixadas para a prestação dos serviços e não alterar quaisquer das condições da prestação dos serviços fora dos casos previstos neste Caderno de Encargos.
  - e) Obrigação de apresentar a «programação anual de serviços contratados», de acordo com este Caderno de Encargos, discriminados por serviço contratado e devidamente calendarizados, para cada ano civil, tem de ser apresentada em conjunto com a Proposta a Concurso. Essa primeira programação anual, pode e deve ser revista até final do primeiro mês de contrato. Anualmente, tem de ocorrer a revisão da programação anual de serviços contratados, devendo a proposta ser apresentada até final de mês dezembro. Todas as programações anuais de serviços e suas possíveis revisões são remetidas e sujeitas à aprovação da Entidade Adjudicante.

- f) Obrigação de apresentar, para além da proposta de preço global, a proposta de valor/custo unitário por serviço ou fornecimento, conforme pontos designados no Anexo A deste Caderno de Encargos.
- g) Obrigação de apresentar mensalmente e durante a vigência do contrato, até ao 6º dia útil do mês, sempre antes ou em simultâneo com a faturação mensal, o respetivo «relatório mensal de serviços efetuados», com indicações específicas aos serviços contratados e efetivamente realizados, quer por dia, quer por quantidades recolhidas/transportadas e de acordo com outras observâncias constantes neste caderno de encargos. Além dos serviços realizados, caso aconteça, deve ainda informar dos serviços não realizados ao abrigo do contrato e dos motivos que levaram a sua não realização, bem como das soluções ou alternativas para o cumprimento integral deste Caderno de Encargos.
- h) Obrigação de informar a Entidade Adjudicante, com antecedência mínima de 24 horas, dos serviços contratados que vai executar durante o tempo de vigência do contrato, nomeadamente: recolha seletiva de monos/monstros; recolha seletiva de REEE; lavagem e desinfecção de contentores RU; manutenção contentores RU; instalação de contentores RU novos ou da sua substituição. O Adjudicatário também tem que informar sobre as dificuldades encontradas, de soluções encontradas e de outras operações com vista à melhoria desta prestação de serviços.
- i) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da Câmara Municipal de Mira e ou de outros organismos oficiais competentes, sendo responsável por todas as infrações verificadas, em matérias que, contratualmente, sejam da sua responsabilidade.
- j) Obrigação de assumir total responsabilidade por danos causados à Entidade Adjudicante ou a terceiros na execução da prestação de serviços.
- k) Obrigação de ser diligente e eficiente no desempenho das tarefas que prestará ao abrigo do contrato e contribuir para uma boa imagem do serviço público prestado e da Entidade Adjudicante.
- l) Obrigação de adquirir todos e quaisquer materiais, produtos e serviços necessários à adequada prestação dos serviços a que obriga este Caderno de Encargos.
- m) Obrigação de assumir total responsabilidade por danos causados à Entidade Adjudicante ou a terceiros na execução da prestação de serviços.
- n) Obrigação de assunção de toda a responsabilidade sobre os atos do pessoal e os resultantes da utilização dos equipamentos RU durante as suas ações de gestão.
- o) Obrigação de circular os veículos com prudência, respeitando os limites de velocidade restante código da estrada, bem como, na recolha de RU, o dever de estacionar de forma a não obstruir o trânsito na via pública e respeitar a ordem municipal de tráfego.
- p) Prestar as informações solicitadas pela Entidade Adjudicante e informar, através de «relatórios mensais dos serviços efetuados» e de aspetos decorrentes dos serviços prestados, fundamentalmente, no que se refere a:
- Mapa diário de quantidades, recolhas e transportes de RU;

- Mapas de pedidos, quantidades e de recolhas/transportes de monos/monstros e de recolhas de REEE, discriminados por tipologias de recolha porta-a-porta, de recolha de proximidade em espaços públicos e da recolha no «Centro Circular de Resíduos de Mira»;
  - Quantidade contentores recolhidos, por Circuitos 1, 2, 3 e 4;
  - Quantidade de contentores RU novos instalados, de contentores mantidos ou reparados, de contentores substituídos e de relocizados, incluindo a localização e atualização da base de dados em Sistemas de Informação Geografia (SIG ArcGis);
  - Quantidade contentores lavados e atualização dos serviços na base de dados SIG;
  - Pessoas afetas aos diferentes tipos de serviços de gestão RU contratados;
  - Viaturas utilizadas nas recolhas e transportes;
  - Viaturas utilizadas nas manutenções e lavagem de equipamentos;
  - Reclamações recebidas e reclamações tratadas;
  - Situações imprevistas e problemas verificados;
  - Propostas de melhoria para os diferenciados tipos de serviços prestados.
- q) Obrigação de avisar a Entidade Adjudicante, com uma antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, nos casos em que se preveem paragens de serviços e de imediato tomar as medidas necessárias para uma rápida resolução do problema, voltando a reportar a Entidade Adjudicante após a resolução ou retoma dos serviços.
- r) Indicar a pessoa ou as pessoas, bem como contactos telefónicos e de correio-electrónico a quem, em qualquer momento, poderão ser solicitados pedidos de serviços e esclarecimentos.
2. A prestação de serviços tem que garantir recursos humanos e meios técnicos suficientes e para suprir ausências devidas a férias, faltas e avarias.
3. O prestador de serviços fica ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
4. Nesta fase de propostas ainda não será obrigatório a apresentação de circuitos de recolha. Mas durante o decorrer do contrato, tendo por base o ficheiro SIG de contentores RU (pontos) e de um ficheiro SIG da rede viária local (linhas), será obrigatório criar a base de dados de circuitos, com contentores associados e ir fazendo as devidas atualizações de circuitos, de localização de equipamentos RU, de modo a que rentabilizem as recolhas RU e se diminuam os custos associados. As bases de dados existentes, a criar e/ou a reformular ainda se regem pela cláusula 38ª.

#### **Cláusula 6.ª - Gestão de Resíduos Urbanos no Município de Mira**

1. O Adjudicatário fica sujeito a este Caderno de Encargos, com as devidas cláusulas técnicas e adaptações e no que se refere aos elementos entregues à Entidade Adjudicante em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos.



**Cláusula 7.ª – Proteção de dados pessoais**

2. Constituem obrigações do adjudicatário, no que especificamente diz respeito à proteção de dados pessoais:

- a) Utilizar os dados pessoais, objeto de tratamento, exclusivamente para as finalidades previstas no contrato, no podendo em caso algum utilizar os dados para fins próprios;
- b) Dar cumprimento às instruções que possam, no âmbito da execução do contrato, ser emitidas pela entidade adjudicante, enquanto responsável pelo tratamento, para tratamento dos dados pessoais;
- c) Efetuar uma Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados que identifique e minimize os riscos em caso de incumprimento das regras de proteção de dados, nas situações expressamente previstas, quer no artigo 35.º do n.º 3 do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, Regulamento (UE) 2016/679 (RGPD) quer no Regulamento n.º 1/2018 da Comissão Nacional de Proteção de Dados, relativo à lista de tratamentos de dados pessoais sujeitos a Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados (AIPD);
- d) Assegurar a realização de auditorias periódicas às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;
- e) Efetuar um registo de todas as atividades de tratamento de dados pessoais, efetuados no âmbito do contrato, que contenha:
  - i. Uma descrição geral das medidas técnicas e organizativas adequadas para garantir a segurança dos dados pessoais objeto de tratamento, designadamente a capacidade para assegurar a confidencialidade, integridade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
  - ii. A capacidade de assegurar a disponibilidade e acesso aos dados pessoais de forma rápida, em caso de incidente;
  - iii. O processo de auditoria às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;
  - iv. O nome e contacto do Encarregado de Proteção de Dados, quando for obrigatória a sua designação nos termos do artigo 35.º do RGPD.
- f) Disponibilizar à entidade adjudicante, periodicamente, toda as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das regras de proteção de dados;
- g) Não partilhar os dados pessoais com terceiros, exceto no caso de autorização expressa da entidade adjudicante, ou decorrente de obrigação legal;
- h) Manter sigilo referente aos dados pessoais a que tenha acesso no âmbito do contrato;
- i) Garantir que pessoas autorizadas que pessoas a tratar os dados pessoais se comprometem, de forma expressa e por escrito, a respeitar a confidencialidade e adotar as medidas de segurança correspondentes;
- j) Apoiar a entidade adjudicante na resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos direitos de acesso, retificação, limitação, oposição, apagamento e portabilidade.

3. Cada uma das partes obriga-se a notificar a respetiva contraparte de forma imediata, e em qualquer circunstância antes do prazo de 72 horas, por escrito e preferencialmente através de correio eletrónico, das violações de segurança ocorridas no âmbito do contrato.

4. Para o efeito do disposto no número anterior deve anexar-se toda a informação relevante, designadamente a descrição da natureza da violação de segurança, bem como a descrição das possíveis consequências da mesma e ainda das medidas adotadas ou propostas para por término à violação de segurança ou mitigar possíveis efeitos negativos. Caso não seja possível enviar a informação simultaneamente, a mesma será expedida gradualmente,

5. Finda a vigência do contrato, o adjudicatário tem a obrigação de eliminar os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes, devendo para o efeito enviar um comprovativo para a entidade adjudicante.

#### ***Cláusula 8.ª - Objeto do Dever de Sigilo***

1. O Adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica ou não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O Adjudicatário deverá garantir rigoroso sigilo quanto a informações de que os seus técnicos e demais colaboradores venham a ter conhecimento relacionadas com este empreendimento e demais atividades da Entidade Adjudicante.
3. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

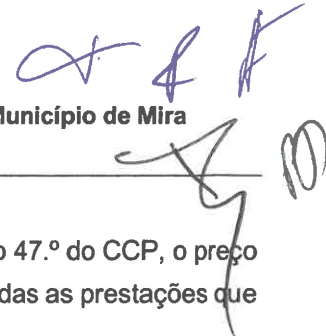
#### ***Cláusula 9.ª - Prazo do Dever de Sigilo***

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou de credibilidade, de prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

### ***Secção II - Obrigações da Entidade Adjudicante***

#### ***Cláusula 10.ª - Preço Base***

1. Preço Base para a presente Prestação de Serviços, pelo prazo de 36 meses, é de 1.499.714,88€ (um milhão, quatrocentos e noventa e nove mil, setecentos e catorze euros e oitenta e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se legalmente devido.



2. Para efeitos do disposto do número anterior e nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 47.º do CCP, o preço base é o preço máximo que o Município de Mira se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto.
3. O preço corresponde ao somatório dos preços unitários aplicados às quantidades estimadas a contratar multiplicando pelo número de anos do contrato a celebrar, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.
4. Nos termos da alínea d), n.º 2, artigo 70.º do CCP, são excluídas as propostas cujos preços sejam superiores aos preços base referidos nos números anteriores.

#### **Cláusula 11.ª - Preço Contratual**

1. Pela prestação de serviços objeto do Contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao Adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido e IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante, incluindo despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

#### **Cláusula 12.ª - Condições de Pagamento**

1. A(s) quantia(s) devidas pela Entidade Adjudicante, nos termos da cláusula anterior devem ser pagas no prazo de 60 dias após a receção pela Entidade Adjudicante das respetivas faturas, emitidas mensalmente, as quais devem cumprir com o disposto no artigo 36.º CIVA<sup>1</sup> e só podem ser emitidas após o vencimento das obrigações respetivas, e após a prestação dos serviços, devendo ainda cumprir com as exigências impostas pelo artigo 9.º, n.º 1, da LCPA<sup>2</sup>, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual.
2. As faturas devem ser emitidas em nome do Município de Mira NIF: 506724530, sito na Praça da República, 3070-304 MIRA, com referência aos documentos que lhes deram origem, isto é, devem especificar o n.º da encomenda e o respetivo número sequencial de compromisso.
3. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1 e 2, as faturas são pagas através de transferência bancária

#### **Cláusula 13.ª - Atualização de Preços**

1. O preço será atualizado anualmente, no mês de janeiro e a pedido por escrito do Prestador de Serviços, por aplicação do IPC – Índice de Preços ao Consumidor (taxa de variação média anual) para Portugal Continental, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, ao ano a que a atualização diz respeito.
2. A revisão de preços anual, que se estipula no n.º 1 da presente cláusula, é feita, em função do valor de inflação, à qual se vai subtrair uma percentagem reportada ao valor definido pelo INE.

<sup>1</sup>Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

<sup>2</sup>Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso

- a) Se a inflação for de valor até 3%, o aumento deverá subtrair-se 10% (dez por cento);
- b) Se a inflação for entre 3 e 10%, deverá subtrair-se 15% (quinze por cento);
- c) Se a inflação for superior a 2 dígitos, deverá subtrair-se 25% (vinte cinco por cento);
- d) Caso se verifique deflação, deverá aplicar-se o valor da mesma.

### **CAPÍTULO III - Penalidades Contratuais, Incumprimento de Contrato e Resolução**

#### ***Cláusula 14.ª - Sanções Contratuais***

1. O Adjudicatário responsabiliza-se por todos os danos causados ao Município de Mira, relativos aos seus serviços prestados e que resultem da ação ou omissão dos seus profissionais.
2. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Mira pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Mira pode exigir-lhe uma pena pecuniária, cujo valor acumulado não pode exceder 20% (vinte por cento) do preço contratual, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 329.º do Código dos Contratos Públicos.
4. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.
5. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Mira tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
6. As penalidades, por não cumprimento das condições do contrato, em casos não devidamente justificados, são determinadas de acordo com a «programação anual de serviços contratados», em discordância com o «relatório mensal de serviços efetuados» e/ou, com as reclamações apresentadas e justificadas e/ou, com a confirmação de serviços não realizados, sendo os cálculos efetuados conforme se indica nas alíneas abaixo:
  - a) Não recolha e transporte de resíduos urbanos:  $P = 3 \times (Q \times Pu \times Ct)$ , em que:
    - P: Sanção pecuniária em euros por dia, além dos prazos estabelecidos para reposição da situação em boas condições;
    - Q: Quantidade de resíduos em toneladas, não recolhida e/ou transportada por dia por deficiência dos trabalhos a executar pelo Adjudicatário, estimado de acordo com a média recolhida no mês anterior ao registo do acontecimento ou, em na indisponibilidade desses dados, de acordo com a média diária prevista (17,666 Ton/dia), constante no Anexo A;
    - Pu: Preço unitário para a realização destes trabalhos apresentados na proposta do Adjudicatário;
    - Ct: Coeficiente de atualização de revisão de preços de acordo com a fórmula de revisão de preços contratual na data do acontecimento;



- b) Não recolha de resíduos urbanos específicos, como “resíduos volumosos” e “resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos”:  $P = 6 \times (Q \times Pu \times Ct)$ , em que:
- P: Sanção pecuniária em euros por dia, além dos prazos estabelecidos para reposição da situação em boas condições;
  - Q: Quantidade de resíduos urbanos específicos, em toneladas, não recolhida e/ou transportada por dia, por deficiência dos trabalhos a executar pelo Adjudicatário, estimado de acordo com a média recolhida no mês anterior ao registo do acontecimento; em caso de não haver registos específicos do mês anterior, aplica-se a média diária prevista (0,277 Ton/dia), constante no Anexo A;
  - Pu: Preço unitário para a realização destes trabalhos apresentados na proposta do Adjudicatário;
  - Ct: Coeficiente de atualização de revisão de preços de acordo com a fórmula de revisão de preços contratual na data do acontecimento;
- c) Incumprimento na lavagem de contentores RU:
- 25,00 €/dia por cada contentor de superfície, com capacidade entre 800L a 1.100L;
  - 75,00 €/dia por cada contentor semienterrado ou enterrado, com capacidade variável entre 1 e 5m<sup>3</sup>/contentor;
- d) Não limpeza e não garantia de condições de higiene e salubridade na envolvente dos equipamentos de deposição: 25,00€/dia por cada contentor RU de 800L ou 1.100L, ou 75,00 €/dia por cada contentor ou zona de contentores enterrados ou semienterrados;
- e) Atrasos em relação aos prazos estabelecidos no Caderno de Encargos, nas tarefas de manutenção e conservação dos contentores RU: 5,00 €/dia por cada contentor/equipamento RU em atraso ou, de 25,00€/dia para contentores enterrados ou semienterrados;
- f) Pelo incumprimento do designado “horário de silêncio”, entre as 23h e as 7h, consignado no Decreto-Lei n.º 9/2007 de 17 de janeiro, na sua atual redação, ou pelo incumprimento de horários pré-estabelecidos e aceites para a prestação dos serviços: 450,00 €, por cada dia de incumprimento de horário;
- g) Pelo incumprimento do prazo estabelecido, para a entrega da «programação anual de serviços contratados», conforme alínea e) do ponto 1º, da Cláusula 5.ª, deste Caderno de Encargos: 100,00 €, por cada dia de atraso;
- h) Pelo incumprimento do prazo estabelecido de seis (6) dias úteis, para a entrega do «relatório mensal de serviços efetuados», conforme alínea g) e p), do ponto 1º, da Cláusula 5.ª deste CE: 100,00 €, por cada dia de atraso;
- i) Pelo incumprimento do prazo estabelecido, para a entrega da informação relativa ao «plano anual de intervenção ambiental educativa sobre resíduos urbanos», conforme ponto 6º da Cláusula 36.ª deste CE: 100,00 €, por cada dia de atraso;
- j) Pelo incumprimento do prazo estabelecido, para a entrega da informação relativa ao reporte dos Indicadores de Qualidade ERSAR (4ª geração), conforme Cláusula 37.ª do presente Caderno de Encargos: 100,00 €, por cada dia de atraso;

k) Pelo incumprimento do prazo estabelecido, para a entrega da informação relativa à Atualização do Cadastro SIG ArcGIS de contentores e circuitos, conforme Cláusula 38.<sup>a</sup> do presente Caderno de Encargos: 100,00 €, por cada dia de atraso.

7. O Município de Mira pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato, com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
8. As penas pecuniárias da presente cláusula, não obstam a que o Município de Mira exija uma indemnização pelos danos excedentes.

#### ***Cláusula 15.<sup>a</sup> - Caso Fortuito e de Força Maior***

1. Não podem ser impostas penalidades ao Prestador de Serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Prestador de Serviços, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades em que o Adjudicatário se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento, pelo Adjudicatário de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente ao impedimento resultante da força maior.
6. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.

7. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá justificar tais situações à outra parte, bem como o prazo previsível para restabelecer a situação.

**Cláusula 16.ª - Resolução por Parte da Entidade Adjudicante**

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do Contrato de Prestação de Serviços e de outros aqui previstos, a Entidade Adjudicante pode resolver o Contrato nos seguintes casos:
  - a) Incumprimento definitivo do Contrato de Prestação de Serviços por facto imputável ao Adjudicatário;
  - b) Incumprimento, por parte do Adjudicatário, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
  - c) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas pelo Adjudicatário com inobservância dos termos e limites previstos na lei e/ou no presente Caderno de Encargos;
  - d) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;
  - e) Incumprimento, pelo Adjudicatário, da obrigação de reposição do valor da caução, nos casos em que a tal esteja obrigado, nos termos do presente Caderno de Encargos e do Contrato de Prestação de Serviços;
  - f) Se o Prestador de Serviços for dissolvido ou se o mesmo se apresentar à insolvência ou esta seja declarada judicialmente;
  - g) Se a composição do Adjudicatário, tratando-se de consórcio ou de agrupamento complementar de empresas, for alterada e tal alteração, no critério da Entidade Adjudicante, possa ter efeitos materiais adversos quanto à execução do Contrato de Prestação de Serviços;
  - h) Se o Adjudicatário não contratar e mantiver válidos os seguros, nos termos exigidos pelo presente Caderno de Encargos;
  - i) Se o Adjudicatário prestar informações falsas à Entidade Adjudicante, salvo se o Adjudicatário demonstrar falta de intencionalidade na prestação dessa informação;
  - j) Se o Adjudicatário for condenado, por sentença transitada em julgado, por qualquer delito que afete de forma grave a sua honorabilidade;
  - k) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado.
2. Nos casos previstos no número anterior, havendo lugar a responsabilidade do Adjudicatário, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo de a Entidade Adjudicante poder executar as garantias prestadas.
3. No caso previsto na alínea k) do número anterior, o Adjudicatário tem direito a indemnização correspondente aos danos emergentes e aos lucros cessantes, devendo, quanto a estes, ser deduzido o benefício que resulte da antecipação dos ganhos previstos.

4. A falta de pagamento da indemnização prevista no número anterior no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que o montante devido se encontre definitivamente apurado confere ao Adjudicatário o direito ao pagamento de juros de mora sobre a respetiva importância.
5. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada pela Entidade Adjudicante ao Adjudicatário com 10 (dez) dias de antecedência relativamente à respetiva produção de efeitos e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.
6. O disposto nos números anteriores não prejudica a aplicação de sanções ao Adjudicatário que se mostrem devidas nos termos do Contrato, assim como as indemnizações legais e contratuais devidas à Entidade Adjudicante.

#### ***Cláusula 17.ª - Resolução por Parte do Prestador de Serviços***

1. O Adjudicatário pode resolver o Contrato nos termos e nos casos previstos nos artigos 332.º, n.º 1 e 406.º do CCP.
2. Sem prejuízo de outras situações de grave violação assumidas pelo contraente público especialmente previstas no contrato e independentemente do direito de indemnização e observadas as demais condições legais, mormente as previstas no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o cocontratante tem direito de resolver o contrato nas seguintes situações:
  - a) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Entidade Adjudicante;
  - b) Incumprimento das obrigações pecuniárias pela Entidade Adjudicante por um período superior a 6 (seis) meses ou quando o montante em dívida exceda 25% (vinte e cinco) do preço contratual, excluindo juros;
  - c) Exercício ilícito dos poderes tipificados no capítulo sobre conformação da relação contratual pelo contraente público, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
  - d) Incumprimento pelo contraente público de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.
3. O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.
4. No caso previsto na alínea b) do n.º 2 o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao contraente público, produzindo efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se a contraente público cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
5. A resolução do Contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do Contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

#### ***Cláusula 18.ª - Resolução Sancionatória***

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver, a título sancionatório, o contrato, assistindo-lhe ainda o direito a ser indemnizada pelos prejuízos sofridos, no



caso de o Prestador de Serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos, os quais configuram incumprimento definitivo do contrato:

- a) Atraso na execução dos serviços que ponha em causa a continuidade e a qualidade do serviço público;
  - b) Atrasos reiterados relativamente a um ou mais serviços;
  - c) Faltas, graves de zelo e diligência na execução dos serviços;
  - d) Incumprimento de qualquer obrigação contratual que ponha irremediavelmente em causa a manutenção do Contrato, como sejam as constante do n.º 3, da Cláusula 14.ª deste Caderno de Encargos;
  - e) Os elencados no artigo 333º, n.º 1, do CCP.
2. O direito de resolução previsto no número anterior não confere ao cocontratante direito a qualquer indemnização.
3. Para efeitos do disposto no n.º 1, alíneas a) e b), considera-se incumprimento grave quando houver atraso na prestação de serviços:
- a) Por período superior a 6 (seis) dias úteis consecutivos: locais onde a recolha é feita 1 (uma) vez por semana;
  - b) Por período superior a 4 (quatro) dias úteis consecutivos: locais onde a recolha é feita 2 (duas) a 3 (três) vezes por semana;
  - c) Por período superior a 2 (dois) dias úteis consecutivos: locais onde a recolha é feita com periodicidade superior a 3 (três) vezes por semana.
  - d) Por período superior a 1 (um) dia útil consecutivo: locais onde a recolha é feita todos os dias.
4. A resolução do contrato pelo contraente público não prejudica o exercício de exigir responsabilidade civil ou criminal por atos ou faltas ocorridos durante a execução do contrato.

#### **CAPÍTULO IV - Seguros**

##### ***Cláusula 19.ª - Disposições Gerais***

1. É da responsabilidade do Adjudicatário a cobertura, através de Contratos de seguro da atividade que exerce.
2. A Entidade Adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos Contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços providenciá-la no prazo de 5 dias úteis.

#### **CAPÍTULO V - Resolução de Litígios**

##### ***Cláusula 20.ª - Foro Competente***

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **CAPÍTULO VI - Disposições Finais**

**Cláusula 21.ª - Subcontratação e Cessão da Posição Contratual**

A subcontratação pelo Adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do artigo 318º do Código dos Contratos Públicos.

**Cláusula 22.ª - Comunicações e Notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto a notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser redigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

**Cláusula 23.ª - Gestor de Contrato**

1. Na outorga contratual, o contraente público designará o gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.
2. Sem prejuízo de outras obrigações constantes do presente caderno de encargos, competirá ao gestor do contrato:
  - a) A representação do contraente público no âmbito da execução contratual, salvo indicação daquele em contrário;
  - b) A coordenação das reuniões com o(s) representantes do cocontratante, salvo se houver indicação do contraente público em contrário.
  - c) Comunicar ao órgão competente pela decisão de contratar, ou a quaisquer entidades a quem este o incumba, quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato; propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas;
  - d) Visar a(s) fatura(s) através de assinatura/carimbo de modo a confirmar a correta execução contratual;
  - e) Quando solicitado pelo órgão competente para a decisão de contratar, elaborar o auto de aceitação.
3. As funções de gestão do contrato extinguir-se-ão quando todas as prestações, principais ou acessórias de todas as Partes do contrato tiverem sido executadas.
4. A extinção referida no número anterior não isenta o gestor do contrato de quaisquer responsabilidades, designadamente de prova judicial, seja testemunhal ou documental.
5. Havendo necessidade de substituição, durante a vigência do contrato, deve o contraente público designar o novo gestor do contrato através de um despacho assinado pelo representante designado para a assinatura do contrato pelo órgão competente para a decisão de contratar; devendo notificar o cocontratante e o gestor cessante através dos meios de comunicação utilizados no presente contrato.

**Cláusula 24.ª - Contagem de Prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo sábados, domingos e dias feriados.

**Cláusula 25.ª – Legislação Aplicável**

A tudo o que não esteja previsto no Caderno de Encargos aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, bem como as disposições legislativas e regulamentares aplicáveis, de acordo com a natureza do serviço a contratar.

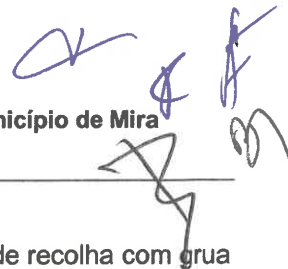
**TÍTULO II - CLÁUSULAS TÉCNICAS**  
**CAPÍTULO VII - Especificações Técnicas**

**Cláusula 26.ª - Âmbito**

1. A presente especificação refere-se à aquisição de serviços para:
  - a) A recolha de proximidade e transporte de resíduos urbanos indiferenciados, do Concelho de Mira a destino final, depositados nos equipamentos identificados no Anexo B em ficheiro (shp) deste Caderno de Encargos;
  - b) A recolha de proximidade e transporte de RU indiferenciados ao destino final de resíduos urbanos (RU) de cinco (5) contentores de deposição resíduos indiferenciados, semienterrados, do tipo "Molok" ou equivalentes, com capacidade de 5m<sup>3</sup> cada, conforme localizações no Anexo B.
  - c) A recolha de proximidade e transporte de RU indiferenciados ao destino final de resíduos urbanos (RU) de (1) contentor enterrado para deposição resíduos indiferenciados, do tipo "Sotkon" ou equivalentes (vulgarmente designados de "ilha ecológica"), com capacidade, pelo menos, de 1m<sup>3</sup>, conforme mapa de localização de equipamentos no Anexo B;
  - d) A ocorrerem aumentos (do número) de contentores/equipamentos RU descritos nas alíneas anteriores e constantes no respetivo cadastro SIG, independentemente da sua capacidade de armazenamento, o prestador de serviços obriga-se, igualmente, a efetuar a recolha RU indiferenciados nesses novos equipamentos e seu transporte a destino final licenciado/autorizado, desde que previamente comunicado e articulado com a entidade adjudicante;
  - e) As recolhas dos RU indiferenciados de proximidade referidas no ponto anterior e suas alíneas e respetivo transporte a destino final, ainda de acordo com a Cláusula 27ª deste Caderno de Encargos, são executadas até um máximo anual previsto de seis mil trezentos e sessenta toneladas por ano (6.360 Ton./ano, ou seja, o valor médio expectável por cada ano). Todas estas recolhas e transportes têm que respeitar os artigos da Cláusula 27ª e serem executados de acordo com os seguintes circuitos, períodos e frequências (Anexo C):

Período de 1 de janeiro a 31 de maio e de 1 de outubro a 31 de dezembro:

- todos os dias da semana – Circuito 1
- segundas, quartas, sextas - Circuito 2
- terças, quintas e sábados - Circuito 3
- segundas-feiras, depois de realizado o Circuito 2, é ainda feito todo o Circuito 3
- Sábados, depois de realizado o Circuito 3, é ainda feito todo o Circuito 2



- Contentores semienterrados, tipo “Molok” ou equivalentes - a frequência mínima de recolha com grua será, duas vezes por semana. Tal frequência pode ser superior, se houver constrangimentos de capacidade e/ou existirem problemas de insalubridade ou, se houver uma reclamação fundamentada e se for solicitado pelo Adjudicante;
- Contentores enterrados, do tipo “Sotkon” ou equivalentes - a frequência mínima de recolha com grua será sempre igual à frequência de recolha RU nos circuitos onde esses equipamentos existam, de acordo com o período temporal definido.

b) No período de verão, de 1 junho a 30 de setembro:

- todos os dias de semana, Circuito 1, 2, 3;
  - O Circuito 4 ou circuito de “reforço de verão” será realizada mais uma recolha e transporte diários, em horário a definir (não coincidente com os horários dos Circuitos 1, 2, e 3). Este Circuito contempla a recolha de todos os equipamentos adjacentes às vias identificadas em SHP anexa;
  - Nos contentores semienterrados, tipo “Molok” ou equivalentes, a frequência mínima de recolha dedicada com grua será, três vezes por semana (dias úteis alternados). Tal frequência poderá ser superior, se houver constrangimentos de capacidade e/ou existirem problemas de insalubridade ou, se houver uma reclamação devidamente fundamentada ou, se for justificado e solicitado pelo Adjudicante;
  - Nos contentores enterrados, do tipo “Sotkon” ou equivalentes, a frequência mínima de recolha com grua será sempre igual a frequência de recolha RU nos circuitos onde esses equipamentos existam, ou seja, de acordo a frequência de verão definido para cada um dos circuitos.
2. As recolhas de RU volumosos e as recolhas de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE)», quer no sistema de porta-a-porta ou de proximidade, bem como o transporte diferenciado a destino final têm que ser efetuados de acordo com as especificações constantes na Cláusula 28ª.
  3. Manutenção ou restauro de todos os equipamentos RU deteriorados e com capacidade de recuperação e de utilização, quer sejam deteriorados por uso dos utentes, quer por ações imputadas ao Adjudicatário, regulam-se pela Cláusula 30ª. Em quaisquer dos casos, quando o equipamento/contentor RU for irreparável, tem de ser substituído por um equivalente, conforme previsto na Cláusula 31ª. Em 2022, a média de manutenção/restauro ou reparação de equipamentos RU no concelho de Mira foi de 27,77 equipamentos/mês. Tal média de manutenção poderá ser inferior ao se considerar que, a partir de 2023 e até 2025, todo o parque de contentores será substituído ou renovado.
  4. Substituição ou renovação de todo o parque de contentores RU (incluindo o fornecimento de contentores RU de 800L e instalação, a executar faseadamente durante a vigência do contrato, conforme descrito na Cláusula 31.ª) e fornecimento de suportes de fixação para contentores RU de 800L. A substituição de contentores RU que, durante a vigência do contrato, sejam danificados por má utilização dos utentes, ou por ações imputadas ao Adjudicatário, para os quais não existe possibilidade de reparação ainda se regem pela Cláusula 31ª. Em 2022, a média de substituição de equipamentos RU no concelho de Mira foi de 2,5 equipamentos/mês. Essa média de substituição será inferior se se considerar que todo o parque de contentores RU será renovado.



5. Lavagem e desinfecção de todo o parque de contentores do concelho de Mira, incluindo os enterrados e semienterrados, será realizada 4 vezes por ano, conforme especificações da Cláusula 32.<sup>a</sup> deste Caderno de Encargos.
6. Fornecimento à Entidade Adjudicante das informações sobre RU necessárias e preenchimento dos Indicadores de Qualidade de Serviço RU do sistema em baixa (indicadores de 4<sup>a</sup> geração da *Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos - ERSAR*), para que a Entidade Adjudicante os possa rever e submeter à ERSAR, conforme estipulado na Clausula 37.<sup>a</sup>.
7. Atualização do cadastro SIG de RU e fornecimento a Entidade Adjudicante, conforme a Cláusula 38.<sup>a</sup> deste Caderno de Encargos.
8. Compete ao Adjudicatário possuir todas as licenças e autorizações necessárias à prestação de todos os serviços referidos anteriormente e previstos neste Caderno de Encargos.
9. O Adjudicatário tem que respeitar o mapa de quantidades (ver o Anexo A), bem como a planta de localização de equipamentos (ver o Anexo B - ficheiro shp com equipamentos georreferenciados e respetiva tabela de atributos, que fazem parte integrante do presente Caderno de Encargos).
10. O Adjudicatário obriga-se também a recolher todos os RU indiferenciados provenientes de mercados (1 na Praia de Mira), festividades (1 em cada localidade, ao longo do ano), feiras (Mira a 23 de cada mês e Portomar a 11 e a 30 de cada mês), cemitérios, jardins, parques, zonas de lazer, estabelecimentos de ensino, organismos públicos, serviços públicos e outros locais (todos estes sem necessidade de reforço de contentores e incluídos nos designados circuitos de recolha RU). Para além da consulta ao Anexo E, as datas anuais atualizadas e previstas para as festividades e feiras, tem que ser solicitadas à Entidade Adjudicante, logo no início do contrato, para que o Adjudicatário as inclua na «programação anual de serviços contratados», conforme alínea e) da Cláusula 5.<sup>a</sup>. Excecionalmente e caso de festividades anuais nas localidades (ver Anexo E), poderá ser necessário um reforço de contentores e da recolha RU, até um máximo previsto de 8-10 equipamentos, caso a Entidade Adjudicante o solicite.
11. A recolha deverá ser feita sempre à mesma hora de modo a habituar os utentes a esse procedimento.
12. Quaisquer alterações que eventualmente venham a ser introduzidas pelo Adjudicatário nos horários e itinerários devem ser previamente aprovadas pela Entidade Adjudicante, após o que o Adjudicatário promoverá a respetiva divulgação junto dos munícipes.
13. O Adjudicatário deverá garantir a boa execução dos trabalhos, contribuindo para a manutenção das boas condições de higiene e limpeza dos equipamentos RU, das envolventes desses equipamentos e das vias públicas onde executam os serviços adjudicados.
14. No decorrer da prestação de serviços, os trabalhadores do Adjudicatário deverão utilizar vestuário e equipamento de proteção individual adequados, de acordo com as normas de higiene e segurança no trabalho e, com a identificação da empresa a que pertencem.
15. As viaturas devem manter-se em bom estado de conservação, com bom aspeto e isentas de maus cheiros, devendo ser sujeitas a assistência mecânica adequada e ser devidamente lavadas e desinfetadas após cada dia de utilização.
16. As viaturas de recolha devem fazer o percurso com as comportas devidamente fechadas.

17. Durante as operações de recolha e transporte não deverão ocorrer derrames de RU na via pública, nem escorrências líquidas provenientes desses resíduos, sendo que se tal suceder, deverá o Adjudicatário proceder de imediato à recolha dos resíduos com o auxílio dos meios apropriados, que deverão acompanhar a viatura, bem como proceder à limpeza/lavagem da via.
18. A recolha dos resíduos urbanos em equipamentos e o seu transporte a destino final autorizado/licenciado realizar-se-á no mesmo dia da recolha, sem que haja deposição noutra local, nem permaneçam no interior dos veículos de recolha e transporte.

**Cláusula 27.ª - Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos**

1. Para efeitos do presente concurso, consideram-se como resíduos urbanos (RU) indiferenciados, os resíduos provenientes de habitações bem como outros resíduos que, pela sua natureza ou composição, sejam semelhantes aos resíduos provenientes de habitações, tal como constam das definições descritas na 2.ª cláusula deste Caderno de Encargos. Os RU indiferenciados são depositados em equipamentos RU destinados para esse efeito e descritos nas alíneas a), b), c) e d), do ponto 1, da Cláusula 26ª.
2. A recolha e transporte de resíduos urbanos serão executados em todo o concelho de Mira, até um máximo anual expectável de seis mil trezentos e sessenta e toneladas por ano (6.360 Ton./ano), tendo por base os circuitos apresentados no Anexos C) e o ficheiro georreferenciado dos equipamentos de acondicionamento e recolha indiferenciada de RU do Município de Mira.
3. O Adjudicatário obriga-se a recolher todos os contentores de RU existentes no Concelho, sejam esses de superfície, enterrados ou semienterrados.
4. Em todo o concelho a deposição dos RU é efetuada em equipamentos ou contentores RU, conforme ficheiro shp.
5. O Adjudicatário deve recolher os RU provenientes de estabelecimentos de ensino, organismos públicos e serviços públicos, bem como os resíduos de estabelecimentos/empresas comerciais e industriais, desde que os resíduos sejam equiparados a resíduos urbanos, sem encargos acrescidos, sempre que devidamente articulada com produtor identificado.
6. Sempre que existam equipamentos/contentores RU de pertença e uso público, mas no interior de propriedades particulares (como em grandes superfícies/hipermercados ou outros comércio, unidades hoteleiras, de restauração ou em unidades indústrias), o Adjudicatário deve acautelar pela segurança da prestação dos serviços, de operadores e de camiões de recolha RU, com respetivos proprietários ou responsáveis. Pode o Adjudicatário recusar-se à recolha RU dentro de propriedades particulares, desde que existam motivos devidamente justificados, previamente comunicados ao proprietário ou responsável e à Entidade Adjudicante e, com a devida autorização desta última.
7. Nos casos de existências de recolhas RU dentro de propriedades particulares, preferencialmente, o Adjudicatário deve articular, com os proprietários ou responsáveis, que as recolhas RU se processem em espaço ou local público nas imediações, a definir por ambos. Nestes casos, será da responsabilidade dos proprietários ou responsáveis o transporte de contentores RU até ao exterior da propriedade, até ao local definido, bem como o retorno desses equipamentos até ao interior do espaço privado. Estas situações têm que ser comunicadas à Entidade Adjudicante.

8. Também de equipamentos RU públicos dentro de propriedades particulares, sempre que as recolhas RU sejam superiores a 1.100L/dia (cerca de 1,5 contentores de 800L por dia), ou as recolhas RU se procedam de 2 em 2 dias em, pelo menos, 3 contentores de 800L, considera-se que o proprietário deixa de ser um “produtor de resíduos domésticos ou equivalente”, passando a considerar-se um “grande produtor de resíduos urbanos”, tal como previsto no Regulamento Municipal de Resíduos e Limpeza Urbana do Município de Mira. Verificadas estas situações por parte do Adjudicatário, desde que as comunique à Entidade Adjudicante/Entidade Gestora de RU em baixa, esta pode autorizar o Adjudicatário a contratualizar com o respetivo proprietário a recolha autónoma dos seus RU, conforme previsto no artigo 33º e 34º do Regulamento Municipal de Resíduos e Limpeza Urbana do Município de Mira. Em caso de autorização, a possível celebração de contrato tem que respeitar o artigo 34º desse Regulamento de Resíduos, o que levará o Adjudicatário a fornecer ao proprietário os equipamentos adequados para a recolha dos resíduos do grande produtor, bem como a retirar e a entregar os contentores RU públicos aí existentes à Entidade Adjudicante.
9. Ainda nestas situações de equipamentos RU públicos em propriedades particulares, tal como previsto no Regulamento Municipal de Resíduos e Limpeza Urbana do Município de Mira (artigo 33º e 34º), quando os resíduos acondicionados nos contentores RU aí existentes não se enquadrem com a categoria de resíduos urbanos, pode o Adjudicatário recusar-se à respetiva recolha, tendo que informar o proprietário/responsável e a Entidade Adjudicante, desde que autorizada por esta última. Após notificação do proprietário/produtor de resíduos não urbano, Entidade Adjudicante pode autorizar o Adjudicatário a efetuar um contrato individual de recolha de resíduos não urbanos, respeitando o artigo 34º do Regulamento Municipal de Resíduos. Tal contrato obriga o Adjudicatário a fornecer ao proprietário os equipamentos adequados para a recolha dos resíduos não urbanos e a retirar e entregar os contentores RU públicos à Entidade Adjudicante.
10. Em todos os casos descritos nos pontos 6, 7, 8 e 9 anteriores, obriga-se o Adjudicatário a comunicar com os proprietários/responsáveis, grandes produtores de RU ou produtores de resíduos não urbanos, bem como com a Entidade Adjudicante dos factos e de possíveis resoluções, quer sejam ou não através de contratos individuais de gestão de resíduos. Tais contratos, desde que de acordo com todos os intervenientes, não terão quaisquer encargos adicionais para a Câmara Municipal de Mira/Entidade Gestora RU em baixa.
11. Nas situações em que existam RU nos espaços envolventes aos contentores/equipamentos RU ou em outros espaços públicos dos circuitos de recolha definidos, o Adjudicatário terá de proceder à sua remoção durante o serviço de recolha e transporte de RU indiferenciados, sem quaisquer custos adicionais. Nas situações em que se tratem de resíduos volumosos ou REEE, junto a contentores ou em outros espaços públicos, o Adjudicatário terá de proceder à sua remoção pelo próximo serviço dedicado para o efeito, de acordo com a Cláusula 28ª, sem custos adicionais.
12. A recolha e o transporte dos RU indiferenciados, dependente dos circuitos definidos no ponto 2 da Cláusula 27ª, processam-se em todos os dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados, não cabendo à Entidade Adjudicante qualquer pagamento adicional para a prestação de serviço nestes dias.
13. O Adjudicatário deverá garantir a boa execução dos trabalhos, contribuindo para a manutenção das boas condições de higiene e limpeza das vias. Os locais onde se localizam os contentores ou equipamentos RU e nas suas áreas adjacentes devem ficar limpos e livres de resíduos após as operações de recolha RU ou, no prazo máximo de 24 horas, se forem comunicados pela Entidade Adjudicante.



14. Durante as operações de recolha e transporte não deverão ocorrer derrames de resíduos nos espaços e vias. Se tal suceder, o Adjudicatário procederá de imediato à recolha desses resíduos, limpeza e, em caso de necessidade, à lavagem dos espaços ou vias afetadas.
15. Logo após recolha indiferenciada de RU nos contentores, estes têm que ficar devidamente travados. Do mesmo modo, para impedir ou minimizar deslocações de contentores RU, quando existam suportes de fixação, esses têm que ficar baixados a travar os contentores.
16. O transporte a destino final autorizado dos resíduos indiferenciados tem que se realizar no mesmo dia da recolha RU e conforme previsto na Cláusula 29ª.
17. Não será permitida a transferência de resíduos de um veículo para outro. Esta operação em caso de absoluta necessidade, só poderá ocorrer em locais autorizados pela Entidade Adjudicante, devendo proceder-se de forma a que não ocorram derrames e cheiros desagradáveis.
18. Os veículos de serviço da entidade Adjudicante estacionarão de forma a não obstruírem o trânsito e a respeitarem as regras de trânsito.
19. Para o cumprimento dos prazos de serviços previstos nesta cláusula, o Adjudicatário terá que realizar os serviços adjudicados de acordo com a «programação anual de serviços contratados», constantes na alínea e) da Cláusula 5ª e que previamente remeteu à aprovação da Entidade Adjudicante.
20. No início de cada mês, até ao 6º dia útil, sempre antes ou em simultâneo com a faturação mensal, o Adjudicatário tem de enviar o «relatório mensal de serviços efetuados», conforme descrito nas alíneas g) e p) da Cláusula 5ª.

**Cláusula 28.ª - Resíduos Volumosos e Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos**

1. A recolha de resíduos volumosos e a recolha de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE) tem de ser realizada pelo Adjudicatário, no sistema “porta-a-porta”, com marcação prévia, por solicitação dos munícipes. O Adjudicatário tem de disponibilizar um contacto telefónico dedicado para esta recolha porta-a-porta, bem como sensibilizar a população e publicitar esse serviço de recolha dedicado.
2. A recolha de volumosos e de REEE, em qualquer espaço público, em especial junto a contentores RU/ecopontos, tem de ser detetada e realizada a respetiva recolha de proximidade pelo Adjudicatário. Estas recolhas podem ser feitas por indicação do Adjudicante, mas, essencialmente, devem resultar dos registos de existências de volumosos e REEE, por parte dos operadores dos circuitos de recolha indiferenciada (circuitos 1, 2 e 3 e 4).
3. O Adjudicatário fica ainda obrigado a transportar a destino final os resíduos volumosos e os REEE, devidamente triados e acondicionados de forma individualizada em duas caixas de grande volume (caixas metálicas de volume igual ou superior a 15m<sup>3</sup>, a fornecer pelo Adjudicatário) no Centro Circular de Resíduos de Mira (CCRM), sempre que o Adjudicante o solicitar (CCRM aberto, em dias úteis, das 8h às 16h).
4. As somas das recolhas de resíduos volumosos e das recolhas de REEE, descritas nos pontos anteriores, estão previstas até uma capacidade máxima de cento e cinquenta toneladas por ano (150 Ton./ano). No entanto, as recolhas previstas nos pontos 1 e 2 anteriores não devem ultrapassar as 100 Ton./ano, tal como a recolha/transporte do ponto 3 anterior não deve ultrapassar as 50 Ton./ano.



5. As recolhas RU descritas nos pontos 1 e 2 anteriores (recolha porta-a-porta e recolha de proximidade), têm de ser efetuadas, pelo menos, duas vezes por semana (2 dias), durante o período de 1 janeiro a 31 de maio e de 1 outubro a 31 de dezembro e, pelo menos, três vezes por semana (3 dias), durante o período de 1 de junho a 30 de setembro. Poderá haver necessidade de aumentar as frequências de recolhas aqui descritas, sempre que os pedidos de utentes ou reclamações, bem como das existências em espaços públicos, o justifiquem. As recolhas referidas neste ponto podem ser enquadradas no período de segunda a sábado.
6. Constitui ainda obrigação do Adjudicatário a recolha de resíduos volumosos e a recolha de REEE, com observância das seguintes condições:
- a) Recolhas e transportes de RU a destino final tem de ser realizados através de viaturas, devidamente identificadas ao serviço da Câmara Municipal de Mira, tendo de ser adequadas para esse serviço;
  - b) Os REEE, embora tenha que ser pesados no destino final [ERSUC](#), não tem custos de gestão/tratamento, logo o transporte a destino final dos REEE, tem de ser distinto do transporte a destino final dos resíduos volumosos;
  - c) Por questões de economia e para a triagem de resíduos volumosos e de REEE, esses RU recolhidos porta-a-porta e em espaços públicos podem ser armazenados, temporariamente, em caixas/contentores de grande volume, individualizadas, existentes nos [armazéns do município](#) ou a fornecer pelo Adjudicatário (caixas metálicas de volume igual ou superior a 15m<sup>3</sup>). A gestão dessas caixas de grande volume são da responsabilidade do Adjudicatário e, por questões de custos, a faturação da recolha e o transporte dos RU aí acondicionados ou dos RU recolhidos porta-a-porta e em espaços públicos (e diretamente transportados a destino final), será independente dos RU referidos no ponto 3 anterior e alínea seguinte;
  - d) O armazenamento temporário de volumosos e de REEE no CCRM (independente e anexo ao [armazéns do município](#)) deve processar-se em caixas/contentores de grande volume, individualizadas, que aí existam ou que serão fornecidas pelo Adjudicatário (caixas metálicas de volume igual ou superior a 15m<sup>3</sup>), que tem que proceder ao transporte a destino final desses RU, sempre que a Entidade Adjudicante o solicitar;
  - e) Em quaisquer das caixas/contentores de grande volume referidas nas alíneas c) e d) anteriores, desde que fornecidas pelo Adjudicatário, mantêm-se a propriedade dessas no final do contrato. A Entidade Adjudicante pode aí depositar os RU em causa, desde que devidamente triados, bem como solicitar o transporte dessas a destino final;
  - f) O Adjudicatário tem que proceder à recolha «porta-a-porta» de RU volumosos e de REEE nos locais solicitados pelos munícipes (através de contacto telefónico) e acordados entre o Adjudicatário e os utilizadores domésticos;
  - g) Entidade Adjudicante pode obrigar à recolha desses RU em espaços públicos ou particulares desde devidamente justificados;
  - h) No caso de instituições públicas e de empresas do município, estas recolhas só devem ser feitas quando solicitadas pelo Adjudicante ou pelo detentor dos RU e, posteriormente, devidamente autorizadas pela Entidade Adjudicante.

7. Para o cumprimento dos prazos de serviços previstos nesta cláusula, o Adjudicatário terá que realizar os serviços adjudicados de acordo com «programação anual de serviços contratados», constantes na alínea e) da Cláusula 5ª e que previamente remeteu à aprovação da Entidade Adjudicante.
8. No início de cada mês, até ao 6º dia útil, sempre antes ou em simultâneo com a faturação mensal, o Adjudicatário tem de enviar o «relatório mensal de serviços efetuados», conforme descrito nas alíneas g) e p) da Cláusula 5ª.

**Cláusula 29.ª – Transporte a destino final dos resíduos urbanos**

1. O destino final de todos os RU da presente prestação de serviços é o [Centro Integrado de Tratamento e Valorização de RSU da ERSUC](#) - Vil de Matos, 3025-607 Coimbra. O horário de funcionamento será de acordo com o indicado pela ERSUC (239 851 910).
2. Dentro do local do destino final dos RU, os condutores/operadores e as viaturas de transporte do Adjudicatário têm que respeitar as regras ou normas estabelecidas para funcionamento e exploração daquele centro e cumprir as indicações de serviço que aí forem transmitidas pelos responsáveis.
3. O Adjudicatário obriga-se a pesar os RU transportados, conforme as normas de funcionamento do Centro Integrado de Tratamento e Valorização de RSU da ERSUC e a fazer chegar, mensalmente, um resumo dessas pesagens, a incluir no «relatório mensal de serviços efetuados».
4. O Adjudicatário deverá fornecer antecipadamente à Entidade Adjudicante, a relação das matrículas das viaturas que efetuam as respetivas recolhas e transportes de RU, incluindo as permissões de acesso ao sistema de localização geográfica dessas viaturas.
5. Sempre que quaisquer dos veículos do Adjudicatário estiverem ao serviço do Adjudicante, o Adjudicatário terá que ter nos seus veículos de recolha e transporte, de forma visível, uma placa informativa em formato A4 (mínimo), com tamanho e tipo de letras bem visíveis, que indique que estão ao serviço da Câmara Municipal de Mira. Na placa terá que constar a seguinte informação: "Gestão de Resíduos Urbanos ao Serviço da Câmara Municipal de Mira.
6. Os custos de tratamento dos RU no Centro Integrado de Tratamento e Valorização de RSU da ERSUC são da responsabilidade do Entidade Adjudicante.

**Cláusula 30ª – Manutenção ou reparação e substituição de equipamentos RU**

1. Os contentores RU a utilizar têm de ser em polietileno de 800L, do tipo *Osnher* ou DIN, de cor verde escura, com tampa com sistema regulador para diferentes posições e sistema de segurança anti fecho, tendo de possuir o logotipo da Câmara Municipal de Mira e uma mensagem gráfica de sensibilização a localizar na parte frontal do corpo do contentor e de acordo com descrito na Cláusula 36ª.
2. O Adjudicatário deverá garantir boas condições de acondicionamento e proteção dos contentores /equipamentos de recolha de RU instalados, para que os mesmos permaneçam nos respetivos locais sem quaisquer riscos para os utentes da via pública. Os suportes de fixação e de proteção do contentor, quando existem, devem ser mantidos fechados após cada recolha RU ou manutenção, lavagem e substituição de contentores. Quando não existam suportes de fixação de contentores, em quaisquer locais de recolha RU, os equipamentos têm sempre de estar travados, excetuando-se durante a recolha.

3. A manutenção ou reparação de contentores RU e equipamentos RU semienterrados (tipo "Molok") ou enterrados (tipo "Sotkon") está prevista para todo o parque de equipamentos RU, durante o período de 3 anos. Estes trabalhos, que incluem também os contentores novos instalados, terão que ser feitas de acordo com uma «programação anual de serviços contratados» apresentada pelo Adjudicatário, prevendo uma manutenção ou reparação média mensal de cerca de 27,77 equipamentos.
4. O levantamento necessário para a manutenção, reparação e substituição de contentores RU é da responsabilidade do Adjudicatário. Estes serviços podem ser solicitados pela Entidade Adjudicante, sendo que tais operações têm de ser realizadas no próximo dia de manutenção/reparação/substituição programada pelo Adjudicatário.
5. Quando realizada uma manutenção ou reparação, nomeadamente a substituição de peças (que inclui tampas, apoios de tampas, rodas, sistemas de travagem, sacos não descartáveis e sistemas de fecho dos "molok", entre outras peças ou materiais necessários para a manutenção ou reparação de equipamentos), tem de ser aplicado um autocolante, na lateral direita do equipamento, com a data (mês/ano) e referência "manutenção/reparação".
6. Quando realizada uma manutenção ou reparação de contentor ou equipamento RU e em todos os que equipamentos com boa ou aceitável estado de conservação/utilização, deve ainda aplicar-se na parte frontal do equipamento um cartaz de sensibilização, com regras de acondicionamento de resíduos e de utilização dos equipamentos/contentores RU, conforme especificações constantes na Cláusula 36ª. A colocação do cartaz de sensibilização deve, igualmente, ser executada após a lavagem e desinfecção de contentores RU.
7. A proposta dos contentores irreparáveis e a substituir ou a reforçar, a que se obriga o Adjudicatário a realizar, deve ser aprovada pela Entidade Adjudicante. Nos equipamentos a substituir por novos, excecionam-se de aprovações da Entidade Adjudicante, quando os contentores forem danificados por ações imputadas ao Adjudicatário, assumindo este a total responsabilidade da sua substituição, bem como da comunicação dos factos à Entidade Adjudicante.
8. Até ao final do terceiro mês do contrato, o Adjudicatário tem de apresentar uma proposta de equipamentos que se apresentam em mau estado de conservação e necessitam de óbvia substituição por novos. Esta proposta será para incluir, como prioridade, na proposta geral de renovação de todo o parque de contentores, de 2023 a 2025.
9. Todos os equipamentos e contentores RU novos que venham a ser colocados ou que foram substituídos, necessitam de identificação, ou através de marcação a quente em baixo relevo, ou com cravação de chapa metálica, a aplicar no topo traseiro da lateral direita do equipamento, constando de forma visível o número de referência da entrada anual, bem como o mês e ano de instalação (exemplo: "N.º 001 - 09/2023"). Para estas situações o Adjudicatário obriga-se a incluir esses novos campos na tabela de equipamentos RU, com a identificação georreferenciada de cada um dos contentores novo instalados, data de instalação, data de manutenção e data de lavagem, que vão servir para auxiliar a gestão dos RU, através da reformulação e atualização do cadastro de contentores RU e nova criação de cadastro de circuitos/contentores, tudo para ser introduzido nas BD em SIG ArcGIS.
10. Em cada «relatório mensal de serviços efetuados» são reportadas as listas ou tabelas de equipamentos reparados e substituídos, bem como os contentores que foram reforçar outros e as novas localizações de



equipamentos RU. Para todas estas situações o Adjudicatário obriga-se a atualizar o cadastro de contentores RU em SIG ArcG/S.

11. Todos os contentores de recolha de RU existentes, bem como aqueles que venham a ser substituídos pelo Adjudicatário, são propriedade da Entidade Adjudicante. No caso de equipamentos substituídos, dependente do seu estado de conservação/uso, regem-se pelas alíneas k) e l), do ponto 2, da Cláusula 31ª.
12. Para o cumprimento dos prazos de serviços previstos nesta cláusula, o Adjudicatário terá que cumprir a programação de serviços adjudicados e que previamente remeteu para aprovação da Entidade Adjudicante.

**Cláusula 31ª – Fornecimento e instalação de equipamentos RU e fornecimento de suportes de fixação**

1. Os contentores RU a fornecer e a utilizar tem de ser contentores de polietileno de 800L, do tipo *Osnher* ou DIN, de cor verde escura, com tampa com sistema regulador para diferentes posições e sistema de segurança anti fecho, tendo de possuir o logotipo da Câmara Municipal de Mira e uma mensagem gráfica de sensibilização a localizar na parte frontal do corpo do contentor e de acordo com descrito no ponto 4º da Cláusula 36ª.
2. Independentemente do estado de conservação e de uso dos contentores de superfície de 800L, será necessário renovar todo o parque de contentores RU, incluindo o fornecimento e instalação de equipamentos de superfície novos, a realizar, obrigatoriamente, durante o tempo de vigência do contrato e de acordo com as seguintes alíneas:
  - a) O Adjudicatário tem de apresentar para aprovação da Entidade Adjudicante, até final do 3º mês do contrato, uma proposta de «plano de renovação do parque de contentores», para o fornecimento e a instalação de novos contentores RU de 800L em todas as localidades do concelho, a realizar de forma faseada no tempo e por localidades/locais do concelho;
  - b) Nessa proposta de «plano de renovação do parque de contentores», o Adjudicatário terá ainda que apresentar as localizações de todos os equipamentos que têm ou que necessitam de bases estáveis para confinar o equipamento, bem como aqueles que tem ou que necessitam de suportes de fixação de contentores de 800L, sendo necessário atualizar a BD - equipamentos RU em SIG ArcG/S, contendo todos os campos necessários para as informações aqui requeridas;
  - c) Os locais de instalação dos novos equipamentos serão os mesmos dos existentes, salvo se existirem na proximidade (menos de 50 metros), locais mais seguros para os utentes e deposição RU e para a camião e operadores de recolha. Todas as alterações de localização têm de ser comunicadas para aprovação da Entidade Gestora e, em caso de realocização, terá que atualizar os campos coordenadas na BD - equipamentos RU em SIG ArcG/S;
  - d) A renovação do parque de contentores RU tem de se começar nas localidades ou locais onde esses equipamentos se encontrem mais deteriorados, como sejam, por exemplo, os mais próximos da orla costeira (Praia de Mira, Barra de Mira, Areão de Mira). Tal priorização tem de constar na proposta de «plano de renovação do parque de contentores»;
  - e) A substituição de todos os contentores RU tem de ser gradual e progressiva, à razão de 333 novos equipamentos instalados por ano civil (2023 a 2025), espelhada na proposta de «plano de renovação do parque de contentores»;



- f) Todos os equipamentos ou contentores RU novos de 800L que venham a ser colocados ou que sejam substituídos por novos, necessitam de identificação, ou através de marcação a quente em baixo relevo ou com cravação com pinos em chapa metálica com marcação em baixo relevo. A identificação do equipamento deve ser aplicada na lateral direita e topo traseiro do equipamento, constando de forma visível o número de referência da entrada anual, bem como o mês e o ano dessa nova instalação (exemplo: N.º 001 - 09/2023). Para estas situações, na atualização do cadastro de contentores RU em SIG *ArcGis*, o Adjudicatário obriga-se a incluir os novos campos, "nº referência no equipamento" e "mês/ano de instalação", correspondente à identificação existente em cada contentor/equipamento RU novo instalado;
  - g) Todos os contentores novos de 800L, no centro e parte frontal, têm de estar identificados com o logotipo do Município de Mira e com sinalética de sensibilização/educação, a definir pelo Adjudicatário e a aprovar pela Entidade Adjudicante, conforme se descreve na Cláusula 36ª;
  - h) A renovação do parque de contentores RU tem que se iniciar em setembro/outubro de 2023 e estar concluída, impreterivelmente, até março de 2025. Para esta renovação, o prestador de serviços tem que apresentar um plano, onde propõem as datas e as localidades onde se vão realizar estes serviços. Tal plano tem que ser aprovado pela Câmara Municipal de Mira;
  - i) Após o início do contrato e até ao 3 mês desse início, o cadastro de contentores RU em SIG *ArcGis* terá que ser reformulado atualizado, à medida das substituições/renovações de equipamentos RU e das suas manutenções e lavagens, incluindo os novos campos para os serviços contratados/realizados. Por ainda não existir, igualmente no prazo descrito anteriormente, será necessário criar a BD dos quatro (4) circuitos realizados, com os contentores associados;
  - j) Após seis (6) meses do início do contrato ou até final de cada ano civil (dezembro), para efeitos de melhoria/rendimento na gestão RU, o prestador de serviços tem que apresentar uma proposta de reformulação de circuitos de recolha RU, com possível redução do número de circuitos, bem como a realocação de alguns contentores RU que se apresentam em locais de difícil acesso à recolha ou que impeçam a visibilidade da via de circulação;
  - k) Todos os contentores RU novos instalados são propriedade da Câmara Municipal de Mira, bem como aqueles que substituídos, ainda possam ter capacidade de utilização. Todos os equipamentos irreparáveis ou sem capacidade de utilização serão entregues ao Adjudicante, sem encargos, para possível valorização/reciclagem;
  - l) Caso o Adjudicatário demonstre interesse em alguns ou em todos os equipamentos usados retirados, mas que apresentem capacidade de uso ou de reutilização, este pode apresentar, por escrito, uma proposta de valor de aquisição à Entidade Adjudicante, podendo esses serem negociados à parte deste concurso.
3. Fornecimento de 500 suportes de fixação em aço inoxidável, tipo "Sopinal" - referência n.º 292, ou equivalentes, para contentores de 800L. O fornecimento de suportes de fixação tem que estar na posse do Adjudicante até maio de 2024. Após o fornecimento, a instalação desses suportes de fixação e/ou a construção de bases de sustentação dos contentores serão alvo de um contrato à parte deste concurso.

**Cláusula 32.ª – Lavagem e desinfeção de equipamentos de deposição de RU**

1. O Adjudicatário obriga-se a executar a lavagem e desinfeção de todo o parque de contentores de acondicionamento de RU, incluindo os semienterrados “Molok” e os enterrados “Sotkon”. O horário para o serviço de lavagem e desinfeção, tem de ser articulado para ser executado logo após o serviço de recolha RU, nas respetivas zonas a lavar e desinfetar.
2. Nas lavagens de equipamentos RU, o Adjudicatário tem de utilizar produtos apropriados, de compatibilidade ambiental e livres de maus cheiros. Os produtos ou resíduos resultantes das lavagens não podem ser derramados ou contaminar a via/espço público.
3. As lavagens, incluindo raspagens e desincrustações, bem como a desinfeção e a desodorização dos contentores RU, deverão ser executadas na via pública por viatura mecânica apropriada à lavagem de contentores, com recurso a água quente pressurizada e a produtos químicos com características desengordurantes, desinfetantes e desodorizantes, homologados e respeitando os requisitos de qualidade e ambiente impostos pela legislação nacional.
4. A periodicidade de lavagem e desinfeção, que garanta perfeitas condições de limpeza, higiene e salubridade dos todos os equipamentos RU será, no mínimo, de quatro (4) vezes ao ano, sem prejuízo de manutenção/reparações permanentes e programadas.
5. A “programação anual de serviços contratados” a apresentar e a aprovação da Câmara Municipal é que vão definir os 4 períodos ou ciclos (mínimos) de lavagens por ano, no entanto, a lavagem e desinfeção de todos os equipamentos RU tem que respeitar, pelo menos, que um ciclo se executado antes do verão, no fim de maio ou início de junho, e outro durante o verão, no início de agosto. De todas as formas, o período entre dois ciclos de lavagens deve ter um espaçamento temporal não superior a 4 meses e, cada ciclo ou período de lavagem, não pode decorrer durante mais de 15 dias consecutivos (ou uma média de 60 contentores RU lavados por dia).
6. Após cada lavagem e desinfeção dos equipamentos, existe a obrigatoriedade de aplicar um autocolante a indicar a data de lavagem e desinfeção (exemplo: “lavagem/desinfeção: dia/mês/ano”), a situar-se de forma visível na parte frontal do equipamento lavado, ou nas tampas para os equipamentos do tipo enterrado ou semienterrados em seguida referidos.
7. Lavagem e desinfeção de todos os contentores RU semienterrados tipo “Molok” (5 existências) ou enterrados tipo “Sotkon” (1 existência), incluído as suas cubas, será no mínimo de quatro (4) vezes ao ano, desde que se garantam a lavagens e desinfeções integrais em todos os esses equipamentos antes do verão (início de junho) e em durante o verão (início de agosto).
8. Do mesmo modo, uma (1) vez por ano, antes do verão e articulando com a ERSUC (Resíduos Sólidos do Centro, SA) e sua recolha seletiva em ecopontos, será necessário proceder à lavagem e desinfeção de 3 (três) contentores ecoponto semienterrados do tipo “Molok” existentes na Praia de Mira, incluído as suas cubas. Os mesmos procedimentos e periodicidades anuais serão executados nos (3) ecopontos/contentores e cubas enterradas do tipo “Sotkon”.
9. A operação de lavagem e desinfeção será efetuada no interior e exterior de qualquer dos contentores/equipamentos RU, devendo ser feita na via pública por viaturas mecânicas apropriadas, com

funcionamento silencioso e não poluente.

10. A lavagem de cada contentor/equipamento RU, sempre que possível, deve ser feita no local onde este se encontra, devendo o espaço envolvente ficar limpo de resíduos, englobando a lavagem da área onde se encontram implantados.
11. Estas operações de lavagens a quente procedem-se sempre com recurso à alta pressão de água, com mangueira e pistola de pressões adequadas, especialmente nos rebordos e tampas dos equipamentos, para retirar todas as impurezas eventualmente existentes. Será necessário também remover eventuais grafitis e publicidade afixada nos equipamentos, sendo que o Adjudicatário poderá utilizar os utensílios e os produtos que julgarem necessários para garantir a eficácia do serviço, desde que estejam homologados e respeitem os requisitos de qualidade e ambiente impostos pela legislação nacional.
12. Sempre que os equipamentos/contentores RU apresentem um grau de sujidade acentuado, deverá ser efetuada uma pré-lavagem manual, que deve incluir a utilização de escovilhões, raspadores ou outro tipo de equipamento de modo a que estes fiquem em boas condições higiénico sanitárias.
13. A viatura mecânica lava contentores não poderá permitir escorrências/derrames para a via pública sendo que o esvaziamento dos líquidos dos sistemas de lava contentores tem de ser efetuado em local próprio para tal fim.
14. Na lavagem de contentores enterrados e semienterrados deverá ser prevista a aspiração de líquidos e lavagem de lonas/sacos e suas cubas.
15. Todos os meios e produtos, incluindo a água necessária para a realização das operações de lavagem e desinfecção dos contentores RU são da responsabilidade do Adjudicatário.
16. O destino final, legalmente aceite, das águas residuais provenientes das operações de lavagem e desinfecção dos contentores é da responsabilidade do Adjudicatário, bem como todos os custos inerentes, obrigando-se este a informar do local e da quantidade de descarga dessas águas, bem como alterações que possam ocorrer durante essa prestação de serviços.
17. Quando realizada a lavagem e desinfecção de equipamentos, caso ainda não esteja aplicado, será necessário colocar, na parte frontal do equipamento de recolha RU, um cartaz de sensibilização com regras de acondicionamento de resíduos e de utilização do equipamento, conforme especificações constantes na Cláusula 36ª. A colocação desse autocolante/cartaz de sensibilização pode, igualmente, ser executada após reparação ou substituição de contentores RU.
18. Caso a fiscalização verifique situações de contentores em mau estado de limpeza/lavagem/desinfecção após a execução do serviço, a Entidade Adjudicante tem o direito de exigir ao Adjudicatário a repetição da sua lavagem sem quaisquer custos adicionais.
19. Após as operações descritas nesta Cláusula, o cadastro SIG dos equipamentos tem que ser atualizado no campo respetivo: "dia/mês/ano - lavagem".

### **Cláusula 33.ª - Lavagens extra de contentores de superfície**

1. O Adjudicatário obriga-se a proceder à lavagem extra de contentores RU de indiferenciados, sempre que a Entidade Adjudicante o solicite por questões de manifesta falta de higiene e de salubridade. Para estas



lavagens extra devem ser solicitados um mínimo de 20 (vinte) unidades, de modo a otimizar a mobilização dos recursos necessários à jornada de trabalho.

2. O Adjudicatário deverá mobilizar os meios necessários de modo a garantir as condições de higiene e salubridade de todos os contentores RU de superfície. Se por qualquer motivo esses aspetos não se verificarem, deve o Adjudicatário informar a Entidade Adjudicante e sob sua indicação proceder à lavagem e desinfeção necessárias.
3. O serviço referido nos números anteriores deverá ser prestado no prazo de máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da respetiva solicitação.
4. As lavagens extra dos contentores RU de superfície, constantes nesta Cláusula, regem-se pelos pontos da Cláusula 32ª, designadamente, usando os produtos, técnicas e meios necessários para a boa execução deste serviço.
5. Custos de lavagem extra descritos nesta Cláusula, serão faturados com base no preço unitário apresentado para a prestação de serviço "Lavagem e Desinfeção de Equipamentos RU", constante no anexo A.
6. Após as operações descritas nesta Cláusula, o cadastro SIG dos equipamentos tem que ser atualizado no campo respetivo: "dia/mês/ano - lavagem".

#### ***Cláusula 34.ª - Lavagem extra de contentores RU semienterrados e enterrados***

1. O Adjudicatário obriga-se a proceder à lavagem de contentores semienterrados e enterrados destinados à deposição de resíduos indiferenciados, sempre que a Entidade Adjudicante o solicite por questões de manifesta falta de higiene e de salubridade. Para estas lavagens extra devem ser solicitados um mínimo de 3 (três) unidades extra a lavar, de modo a otimizar a mobilização dos recursos necessários à jornada de trabalho.
2. O Adjudicatário deverá mobilizar os meios necessários de modo a garantir as condições de limpeza, higiene e salubridade dos contentores. Se por qualquer motivo esse aspeto não se verificar, deve o Adjudicatário informar o Adjudicante e sob sua indicação proceder à lavagem e desinfeção necessárias.
3. O serviço referido nos números anteriores deverá ser prestado no prazo de máximo de 3 (três) dias úteis a contar da respetiva solicitação.
4. As lavagens extra dos contentores RU semienterrados e enterrados, constantes nesta Cláusula, regem-se pelos pontos da Cláusula 32ª, designadamente, usando os produtos, técnicas e meios necessários para a boa execução deste serviço.
5. Custos de lavagem extra descritos nesta Cláusula, serão faturados com base no preço unitário apresentado para a prestação de serviço "Lavagem e Desinfeção de Equipamentos RU", constante no anexo A.
6. Após as operações descritas nesta Cláusula, o cadastro SIG dos equipamentos tem que ser atualizado no campo respetivo: "dia/mês/ano - lavagem".

#### ***Cláusula 35.ª - Fiscalização e comunicação da atividade***

1. Os serviços prestados pelo Adjudicatário são fiscalizados pelos serviços da Entidade Adjudicante, que poderão efetuar as inspeções que considerem necessárias para o efeito.

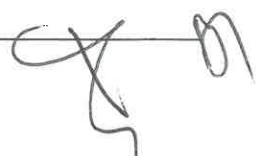




2. Caso seja constatado algum incumprimento ou situação anómala, será efetuado registo do mesmo, por escrito, sendo comunicado no mais curto espaço de tempo possível ao Adjudicatário/prestador de serviços. As comunicações podem ser efetuadas por e-mail ou por telefone, ao qual será concedido um prazo máximo de até 5 dias úteis para que a Entidade Adjudicante responda e tenha como adequado os recursos necessário para a reposição da normalidade.
3. O Adjudicatário obriga-se a pesar diariamente todos os RU recolhidos e disponibilizar o original dos talões de pesagem à Entidade Adjudicante, mensalmente. O mapa de pesagens mensal deverá acompanhar a respetiva fatura.
4. O Adjudicatário obriga-se a efetuar 2 pesagens, antes e depois da descarga.
5. O Adjudicatário deverá elaborar um «relatório mensal de serviços efetuados», a entregar até ao 6º dia útil do mês seguinte, nos quais devem conter:
  - a) Dados referentes à medição para faturação, com justificação do serviço efetuado e localização;
  - b) Resumo da atividade durante o mês, indicando o n.º de pessoas, ferramentas, viaturas, máquinas e equipamento utilizados;
  - c) Controle de lavagem de contentores, identificados por rua, localidade e inseridos na base de dados SIG ArcGIS;
  - d) Número de contentores renovados/instalados, danificados, reparados e substituídos identificados por rua e localidade e inseridos na base de dados SIG ArcGIS;
  - e) Indicadores referentes à pesagem;
    - f) N.º de viaturas e outros equipamentos utilizados;
    - g) Dissonância ambientais detetadas;
    - h) Anomalias ocorridas e seus motivos.

#### **Cláusula 36.ª - Campanhas de Sensibilização e Educação Ambiental**

1. O Adjudicatário deverá conceber e organizar pelo menos 3 (três) campanhas ou ações de sensibilização e educação ambiental por ano, fundamentalmente dirigidas à comunidade escolar e à população do concelho de Mira.
2. As campanhas e ações de sensibilização e educação ambiental tem que promover e desenvolver a literacia ambiental, o desenvolvimento sustentável e a cidadania, com foco para a economia circular dos resíduos e têm de ser aprovadas pela Câmara Municipal de Mira.
3. Uma das atividades anuais de sensibilização e educação ambiental difusa, versando a economia circular dos resíduos e os 7 R's da sustentabilidade: *Repensar, Recusar, Reduzir, Reaproveitar, Reutilizar, Reciclar e Recuperar*, é direcionada para os utilizadores de serviços RU do concelho de Mira. Será apresentada em um (1) "Outdoors" e (10) "Mupis", distribuídos em diversas localidades do concelho e, através de folheto ou imã de sensibilização, que será enviado por correio, devendo incluir os seguintes aspetos:
  - a) Regras de acondicionamento e deposição de RU;
  - b) Circuitos e horários de recolha dos RU;
  - c) Conduta para uma boa gestão dos RU, na salvaguarda do ambiente e saúde pública;



- d) Regras e recolha de resíduos volumosos e de REEE;
- Para aplicar em na frente de todos os contentores RU 800L novos, conceber as artes gráficas para a produção de um cartaz/autocolante de sensibilização, em formato A1 (598x841mm), com velatura de proteção resistente aos UV e às lavagens de equipamentos), que tem de incluir regras descritas/gráficas sobre o acondicionamento de resíduos e utilização de equipamentos. Versará a proibição de colocação de resíduos de volumosos e REEE, junto aos equipamentos, promovendo o serviço de recolha porta-a-porta e o Centro Circular de Resíduos de Mira. Deve igualmente promover a separação dos resíduos de valor para os ecopontos e mensagem a promover a economia circular. Esta Programa de cartaz tem de ser entregue até ao final do 3º mês do contrato, juntamente com um «plano de renovação do parque de contentores» descrito no ponto 2ª da Cláusula 31ª.
  - Propor mais ações de educação ambiental sobre resíduos e economia circular, para trabalhar diretamente com as escolas dos primeiros e segundos ciclos de Mira e que, indiretamente, ainda possam chegar as casas dos alunos. Podem e devem trabalhar temáticas sobre resíduos urbanos, mesmo que tais temas não se incluam nesta prestação de serviços, como por exemplo: combate ao desperdício alimentar; separação e deposição seletiva multimaterial.
  - Até ao final do segundo mês da prestação de serviços e, anualmente, até final de dezembro do ano corrente, o Adjudicatário tem de remeter aos serviços da Entidade Adjudicante as propostas ou as campanhas de educação e sensibilização ambiental a desenvolver, devendo ser elaborado «plano anual de intervenção ambiental educativa sobre resíduos urbanos» para aprovação da Entidade Adjudicante.

#### ***Cláusula 37ª - Reporte de Indicadores de Avaliação da Qualidade de Serviço ao ERSAR***

- No início do ano, o Adjudicatário tem de preencher os dados do ficheiro ERSAR, referentes aos indicadores de 4ª geração da qualidade de serviço, designadamente o ficheiro de serviços RU para o sistema em baixa, disponível no portal ERSAR ou a solicitar à Entidade Adjudicante. Os ficheiros preenchidos e atualizados da qualidade do serviço (ficheiro ERSAR), bem como o ficheiro SIG ArcGIS atualizado de localização de contentores/equipamentos RU, onde já se associem aos distintos circuitos de recolha, têm de ser entregues à Entidade Adjudicante, até final de fevereiro de cada ano civil e que se reporta ao ano anterior.
- O ficheiro ERSAR onde será reportada a qualidade dos serviços tem que incluir: pesagens por circuito de recolha; quilómetros, consumo por veículos utilizados em cada circuito; pessoas afetadas aos serviços; número de equipamentos recolhidos e de equipamentos lavados; reclamações sugestões recebidas e tratadas; sistemas de certificação da qualidade, entre outros aspetos.
- Para os indicadores de avaliação ERSAR, é necessário ainda fornecer a versão atualizadas do cadastro georreferenciado de todos os equipamentos e de todos os circuitos de recolha, a apresentar em formato digital, nos Sistema de Informação Geográfica (SIG ArcGIS), tal como refere a cláusula seguinte.

#### ***Cláusula 38ª - Atualização do cadastro SIG ArcGIS para identificação de equipamentos e circuitos***

- Será fornecido o cadastro existente ou a base de dados (BD) georreferenciada SIG ArcGIS (em formato *shapefile*) dos equipamentos RU, atualizada a dezembro de 2022. Essa BD não tem os circuitos definidos, nem os contentores RU associados a esses circuitos. O Adjudicatário ou prestador do serviço tem por obrigação reformular ou produzir nova BD, que inclua já os circuitos de recolha RU que realiza e quais os



equipamentos associados aos circuitos.

2. No final de cada ano civil do contrato (até final de fevereiro do ano seguinte), ou sempre que for solicitado, o prestador de serviços tem a obrigatoriedade de apresentar a BD de contentores/equipamentos RU atualizada, sendo necessário criar a da BD dos circuitos de recolha efetuados e contentores associados, incluindo todos os campos necessários para a sua gestão e que nesta cláusula se descrevem. A BD terá que estar em constante atualização, indicando os equipamentos e datas de manutenções e de lavagens, bem como as substituições ou renovações de equipamentos RU – com número de referência e mês e ano de instalação.
3. O Adjudicatário tem de ter identificados/marcados todos os equipamentos/contentores RU novos instalados no Concelho, conforme refere o ponto 11º da Cláusula 30ª ou a alínea f) da Cláusula 31ª. Nestas situações o Adjudicatário tem de atualizar do cadastro de equipamento RU em SIG ArcGIS, incluindo os novos campos necessários: “nº referência no equipamento” e “mês/ano - instalação”, correspondentes a identificação exigidas no novo equipamento/contentor RU instalado.
4. Até três meses do início do contrato, o Adjudicatário tem de criar a BD de circuitos e georreferenciar todos os circuitos de recolha RU que efetua no concelho de Mira, devidamente diferenciados pelos “Circuitos 1, 2, 3 e 4 (reforço verão)”, procedendo à sua marcação e delineamento no SIG ArcGIS, com a representação dos circuitos de recolha e dos circuitos de lavagem (caso não sejam coincidentes com os circuitos de recolha), tem de ser feita em planta, com todos os atributos, tabela, campos de tabela e *shapefiles* associadas.
5. Na atualização da BD dos equipamentos de equipamentos RU em cadastro georreferenciado em SIG ArcGIS, obriga-se a criar e a atualizar os novos campos “dia/mês/ano - conservação” e “dia/mês/ano - lavagem”.
6. No sentido de melhorar a gestão dos equipamentos e dos circuitos RU, tem de ser acrescentado à base de dados os novos campos: “nº referencia no equipamento” e “mês/ano - instalação” “dia/mês/ano - conservação”, “dia/mês/ano - lavagem”, para todos os equipamentos RU cadastrados.
7. Na Base de Dados (BD - equipamentos) em SIG ArcGIS, têm ainda de ser criado/acrescentado o campo “circuito(s) RU associado(s)” e que refere qual ou quais os circuitos que recolhem esse equipamento. Essa BD SIG, tem de ser entregue ao Adjudicante atualizada, logo no início de cada ano civil do contrato.
8. Com vista à otimização dos circuitos de recolha dos RU, o Adjudicatário tem de propor, com a devida justificação, a revisão dos circuitos existentes, com possível criação de novos circuitos e da sua redução, podendo ser admissíveis algumas realocações (para a proximidade) de equipamentos RU, em caso de necessidade justificada. Esta proposta tem de ser entregue, pelo menos, até ao final de cada ano civil do contrato (dezembro).
9. No caso de a Entidade Adjudicante aprovar cada otimização/alteração de circuitos de recolha RU e de todas realocações de equipamentos RU propostas e descritas no ponto anterior, devem sempre ocorrer períodos experimentais, de pelo menos 1 mês, para aferir imprevistos e/ou rever e propor novas melhorias, alterações de recolha e realocações de equipamentos.
10. Sempre que se verifiquem quaisquer alterações significativas e aprovadas pela Entidade Adjudicante, deve ser atualizado o cadastro georreferenciado em SIG ArcGis e disponibilizado de imediato ao Adjudicante.

**ANEXO A – MAPA DE QUANTIDADES POR SERVIÇOS DE GESTÃO RU (TOTAIS A 3 ANOS, MÉDIAS ANUAIS E MÉDIAS DIÁRIAS)**

DESIGNAÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	TOTAL (3 anos)	MÉDIA ANUAL	MÉDIA MENSAL	MÉDIA DIÁRIA
1. Recolha Indiferenciada e Transporte de RU	Tonelada	19080	6360	530	17,666
2. Recolha e Transporte de Volumosos e REEE	Tonelada	300	100	8,33	0,277
3. Transporte de Volumosos e REEE do CCRM	Tonelada	150	50	4,16	0,138
4. Manutenção e Reparação de Equipamentos	N.º equipam.	1000	333	27,77	0,926
5. Fornecimento de Novos Equipamentos RU	N.º. Contentor de 800L	1000	333	27,77	0,926
6. Fornecimento de Suportes de Fixação	Unidade	500	500	-	-
7. Lavagem e Desinfecção de Equipamentos RU	Unidade	10800	3600	300	10
8. Campanhas de Sensibilização Ambiental	Unidade	9	3	0,25	-

**ANEXO B – LOCALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS OU CONTENTORES RU DE INDIFERENCIADOS** (ficheiro SIG “Contentores RU Mira”, em formato “shapefile”, fornecido com as peças do concurso) e ficheiro de vias para o circuito 4

**ANEXO C – EQUIPAMENTOS ABRANGIDOS PELOS CIRCUITOS DE RECOLHA DE RU DE INDIFERENCIADOS**

<b>CIRCUITO 1</b> (madrugada e manhã)	SHP
<b>CIRCUITO 2</b> (tarde e início da noite)	SHP
<b>CIRCUITO 3</b> (tarde e início da noite)	SHP
<b>CIRCUITO 4</b> reforço verão (de 1/6 a 30/9) (início da noite, até às 23h)	informação em shp



**ANEXO D – INDICADORES DE PRODUÇÃO ANUAL DE RU NO MUNICÍPIO DE MIRA (2020 A 2022)**
**Mira - produção de resíduos urbanos (toneladas/ano)**

Ano	RU indiferenciados	RU volumosos	REEE
2022	6097	141	5
2021	6086	89	8
2020	6054	79	3

NOTA: com abertura em final de 2022, ainda não existem dados de produção anuais de RU volumosos e de REEE no Centro Circular de Resíduos de Mira (CCRM).

**ANEXO E – FEIRAS E FESTAS ANUAIS NO CONCELHO DE MIRA**

Mês	Dias de Festejos	Designação do evento	Localidade
<b>Todos</b>	11 e 30	<i>Feira de Portomar</i>	Portomar
	23	<i>Feira de Mira</i>	Mira
<b>Maio</b>		<i>Feira dos Grellos</i>	Carapelhos
<b>Julho</b>		<i>Festa de Sta. Marinha</i>	Corujeira
	24 a 28	<i>Festas de S. Tomé</i>	Mira
<b>Agosto</b>		<i>Festas da Lagoa</i>	Lagoa
		<i>Festas do Santo Pipo</i>	Cabeço de Mira
		<i>Festa do Pescador</i>	Praia de Mira
		<i>Festas de São Bento</i>	Corticeiro-de-Baixo
		<i>Festas de São Miguel</i>	Presa
		<i>Festa N.ª Sra. do Carmo</i>	Seixo
		<i>Festa N.ª Sra. do Amparo</i>	Lentisqueira
		<i>Festa N.ª Sra. do Carmo</i>	Portomar
		<i>Festa N.ª Sra. da Boa Viagem</i>	Leitões
<b>Setembro</b>		<i>Mostra Gastronómica</i>	Praia de Mira
<b>Novembro</b>		<i>Festas de São Martinho</i>	Carromeu
<b>Dezembro</b>		<i>Festas de N.ª Sra. da Conceição</i>	Praia de Mira
		<i>Festas de N.ª Sra. da Conceição</i>	Carapelhos